



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE
PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
DO DISTRITO FEDERAL – SEPLAG
ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL

106 – DIREITO E LEGISLAÇÃO

INSTRUÇÕES GERAIS

- O candidato receberá do **chefe de sala**:
 - Um **caderno de questões** das provas objetiva e discursiva, contendo 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma e apenas uma alternativa correta, e o tema e as orientações para elaboração do **texto**.
 - Uma **folha de respostas** personalizada.
 - Uma **folha de texto definitivo**.
- Ao ser autorizado o início da prova, o candidato deverá verificar se a numeração das questões, a paginação e a codificação das **folhas** estão corretas.
- O candidato dispõe de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos para fazer a prova objetiva e a prova discursiva, devendo controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo.
- Esse tempo inclui a marcação da **folha de respostas** da prova objetiva e o preenchimento da **folha de texto definitivo**.
- Ao candidato somente será permitido levar o **caderno de questões** após 4 (quatro) horas do início da prova.
- Somente após decorrida 1 (uma) hora do início da prova, o candidato poderá entregar sua **folha de respostas** e a **folha de texto definitivo** e retirar-se da sala.
- Após o término da prova, o candidato deve entregar ao **chefe de sala** a **folha de respostas** devidamente assinada e a **folha de texto definitivo**.
- O candidato deve deixar sobre a carteira apenas o **documento de identidade** e a **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico de comunicação. O candidato deverá desligar e entregar ao **chefe de sala** régua de cálculo, calculadora, agenda eletrônica, *palmtop*, *bip*, *pager*, *notebook*, telefone celular, gravador, máquina fotográfica, *walkman*, aparelho portátil de armazenamento e de reprodução de músicas, vídeos e outros arquivos digitais, relógio, ou qualquer outro equipamento desse tipo e qualquer tipo de arma, mesmo que com porte autorizado.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e apostilas.
- Não é permitido o uso de lápis, lapiseira/grafite e(ou) borracha durante a realização da prova.

INSTRUÇÕES – PROVA OBJETIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos na **folha de respostas**. Caso haja algum dado incorreto, escreva apenas no(s) campo(s) a ser(em) corrigido(s), conforme instruções na **folha de respostas**.
- Leia atentamente cada questão e assinale na **folha de respostas** a alternativa que mais adequadamente a responde.
- A questão que tiver mais de uma resposta assinalada será considerada errada, mesmo que uma das assinalações esteja correta.
- A **folha de respostas não** pode ser dobrada, amassada, rasurada, manchada ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa na **folha de respostas** é cobrindo, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada com material transparente, o espaço a ela correspondente, conforme modelo a seguir:

Marque as respostas **assim**:

Realização:



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto I, para responder às questões de 1 a 4.

A semana

- 1 Para um preso, menos 7 dias
Para um doente, mais 7 dias
Para os felizes, 7 motivos
- 4 Para os tristes, 7 remédios
Para os ricos, 7 jantares
Para os pobres, 7 fomes
- 7 Para a esperança, 7 novas manhãs
Para a insônia, 7 longas noites
Para os sozinhos, 7 chances
- 10 Para os ausentes, 7 culpas
Para um cachorro, 49 dias
Para uma mosca, 7 gerações
- 13 Para os empresários, 25% do mês
Para os economistas, 0,019 do ano
Para o pessimista, 7 riscos
- 16 Para o otimista, 7 oportunidades
Para a Terra, 7 voltas
Para o pescador, 7 partidas
- 19 Para cumprir o prazo, pouco
Para criar o mundo, o suficiente
Para uma gripe, a cura
- 22 Para uma rosa, a morte
Para a história, nada

Para Época, tudo

Internet: <<http://epoca.globo.com>> (com adaptações).
Acesso em 7/9/2010.

QUESTÃO 1

A **semana**, filme publicitário exibido na televisão e no cinema, foi criado pela agência W/Brasil, para a Editora Globo, e recebeu vários prêmios; entre os quais, o *Grand Clio 2001*. O texto I é o constituinte verbal que é projetado como parte da imagem do referido filme. Assinale a alternativa que interpreta corretamente informações do texto I.

- (A) O preso foca sua atenção no tempo passado e conta os dias que faltam para a liberdade. O doente atém-se ao tempo futuro e conta os dias, que passam lentamente.
- (B) A esperança renova-se lentamente a cada anoitecer, enquanto, em caso de insônia, o tempo é veloz ao longo do dia.
- (C) A Terra, em uma semana, dá sete voltas em torno do Sol, em um movimento conhecido como translação.
- (D) A gripe dura exatos sete dias; uma pescaria, idem.
- (E) Uma semana, diante da história, representa uma fração de segundos, um nada. Sete dias para um periódico semanal significa tudo, sua sobrevivência no mercado: é o tempo destinado a colher informações, produzi-las, reproduzi-las no papel e distribuí-las.

QUESTÃO 2

Assinale a alternativa correta com relação à estrutura do texto I.

- (A) Encontram-se, no texto I, apenas dois exemplos de antíteses.
- (B) O texto I é construído com frases curtas, registradas em sua maioria com elipses verbais, sem pontos-finais.
- (C) O texto I não é literário por ser um anúncio publicitário.
- (D) Os artigos indefinidos do texto I criariam estruturas gramaticalmente incorretas se fossem substituídos pelos seus pares definidos.
- (E) As quatro primeiras linhas do texto poderiam, sem prejuízo gramatical e estético, ser reescritas assim:

**Menos 7 dias, para um preso
Para um doente, mais 7 dias
Para os felizes, representa 7 motivos
A semana, para os tristes = 7 remédios**

QUESTÃO 3

Com base em conhecimentos relativos à linguagem e no texto I, assinale a alternativa correta.

- (A) Na publicidade, é bastante comum o uso de repetições, com o intuito de garantir a memorização do nome e das características do produto ou do serviço anunciados. Essa, certamente, é a única razão que levou à repetição da palavra “Para” no início de todas as linhas do texto I.
- (B) O numeral sete foi colocado em anáfora na maior parte das frases do texto. Ao fazer referência aos “empresários”, porém, o numeral escolhido é uma porcentagem, indicando o lucro que eles esperam obter em um mês.
- (C) O sujeito de todos os segmentos é “A semana”, que aparece explicitamente apenas no título, isto é, o sujeito está elíptico em todas as frases do texto I.
- (D) Repete-se, em todas as linhas do texto I, a mesma estrutura sintática: preposição + artigo + nome + numeral + nome.
- (E) Não se encontra no texto I nenhuma alusão à teoria da criação do mundo em sete dias.

QUESTÃO 4

Assinale a alternativa **incorreta** acerca do texto I.

- (A) O texto I, tratando do tempo, cria um jogo de ambiguidade com o próprio nome do produto — **Época**, uma revista semanal.
- (B) Os substantivos do texto I estão todos no plural.
- (C) As palavras “economistas” (linha 14), “pessimista” (linha 15) e “otimista” (linha 16) são formadas pelo sufixo -ista, com o significado de **ocupação e adepto de**.
- (D) Ao contrário de uma publicidade convencional, somente ao final do texto “A semana”, o leitor percebe que se trata de um anúncio de uma revista semanal.
- (E) Para muitos autores, “Época” é a única palavra proparoxítona em todo o texto I.

Texto II, para responder às questões de 5 a 10.

1 Foi tudo muito rápido. A executiva bem-sucedida sentiu uma pontada no peito, vacilou, cambaleou. Deu um gemido e apagou. Quando voltou a abrir os olhos, viu-se
4 diante de um imenso portal. Ainda meio zozna, atravessou-o e viu uma miríade de pessoas, todas vestindo cândidos camisolões e caminhando despreocupadas. Sem entender
7 bem o que estava acontecendo, a executiva bem-sucedida abordou um dos passantes:

— Enfermeiro, eu preciso voltar urgente para o meu
10 escritório, porque tenho um *meeting* importantíssimo. Aliás, acho que fui trazida para cá por engano, porque meu convênio médico é classe A, e isto aqui está me parecendo
13 mais um pronto-socorro. Onde é que nós estamos?

— No céu.
— No céu?...

16 — Tipo assim... O céu, CÉU?!... Aquele com querubins voando e coisas do gênero?

— Certamente. Aqui todos vivemos em estado de
19 gozo permanente.

Apesar das óbvias evidências de nenhuma
22 poluição, todo mundo sorrindo, ninguém usando telefone celular, custou um pouco à executiva bem-sucedida admitir que havia mesmo apitado na curva. Tentou, então, o plano B: convencer o interlocutor, por meio das infalíveis técnicas
25 avançadas de negociação, de que aquela situação era inaceitável. Porque, ponderou, dali a uma semana, ela iria receber o bônus anual, além de estar fortemente cotada para
28 assumir a posição de presidente do conselho de administração da empresa. E foi aí que o interlocutor sugeriu:

— Talvez seja melhor você conversar com Pedro, o
31 síndico.

— É? E como é que eu marco uma audiência? Ele tem secretária?

34 — Não, não. Basta estalar os dedos, e ele aparece.
— Assim (...)?
— Pois não?

37 A executiva bem-sucedida quase desaba da nuvem. À sua frente, imponente, segurando uma chave que mais parecia um martelo, estava o próprio Pedro. Mas a executiva
40 havia feito um curso intensivo de *approach* para situações inesperadas e reagiu rapidinho:

— Bom dia. Muito prazer. Belas sandálias. Eu sou
43 uma executiva bem-sucedida e...

— Executiva... Que palavra estranha! De que século você veio?

46 — Do XXI. O distinto vai me dizer que não conhece o termo “executiva”?

— Já ouvi falar. Mas não é do meu tempo.

49 Foi então que a executiva bem-sucedida teve um *insight*. A máxima autoridade ali no paraíso aparentava ser um zero à esquerda em modernas técnicas de gestão
52 empresarial. Logo, com seu brilhante currículo tecnocrático, a executiva poderia rapidamente assumir uma posição hierárquica, por assim dizer, celestial ali na organização.

55 — Sabe, meu caro Pedro, se você me permite, eu gostaria de lhe fazer uma proposta. Basta olhar para esse povo todo aí, só batendo papo e andando à toa, para
58 perceber que aqui no Paraíso há enormes oportunidades para dar um *upgrade* na produtividade sistêmica.

— É mesmo?

61 — Pode acreditar, porque tenho PhD em reengenharia. Por exemplo, não vejo ninguém usando crachá. Como é que a gente sabe quem é quem aqui, e
64 quem faz o quê?

— Ah, não sabemos.

— Entendeu o meu ponto? Sem controle, há
67 dispersão. E dispersão gera desmotivação. Com o tempo, isso aqui vai acabar virando uma anarquia. Mas nós dois podemos consertar tudo isso rapidinho, implementando um
70 simples programa de *targets* individuais e avaliação de

performance.

— Que interessante...

73 — É claro que, antes de tudo, precisaríamos de uma hierarquização e um organograma funcional, nada que dinâmicas de grupo e avaliações de perfis psicológicos não
76 consigam resolver.

— !!!...???...!!!...???...!!!

79 — Aí, contrataríamos uma consultoria especializada para nos ajudar a definir as estratégias operacionais e estabeleceríamos algumas metas factíveis de *leverage*, maximizando, dessa forma, o retorno do investimento do
82 Grande Acionista... Ele existe, certo?

— Sobre todas as coisas.

— Ótimo.

85 — Impressionante!

— Isso significa que podemos partir para a
implementação?

88 — Não. Significa que você terá um futuro brilhante... se for trabalhar com o nosso concorrente. Porque você acaba de descrever, exatamente, como funciona o Inferno...

Max Gehringer. *In: Exame* (com adaptações).

QUESTÃO 5

Assinale a alternativa que interpreta corretamente ideias do texto II.

- (A) O texto apresenta uma crítica às modernas técnicas de gestão empresarial.
- (B) O céu é apresentado no texto II como um lugar sujo, escuro e tenso, diferente de tudo o que se imagina entre os homens.
- (C) O síndico Pedro demonstrou ignorar formas de gestão modernas que solucionam os mais complicados problemas; por isso é que o céu, dirigido por ele, era bastante desorganizado.
- (D) A executiva, logo após aceitar o fato irrefutável de sua morte na Terra, procurou, no paraíso, assumir a posição de presidente do conselho de administração da empresa.
- (E) Imediatamente após fechar os olhos para sempre, a executiva viu-se diante de pessoas estranhas, que agiam de modo inusitado.

QUESTÃO 6

Assinale a alternativa correta com relação ao texto II.

- (A) O uso exagerado de termos estrangeiros e técnicos no texto II indica esnobismo e desejo de rápida ascensão hierárquica.
- (B) O texto é inteiramente registrado em linguagem formal e técnica.
- (C) A fala da executiva “— Sabe, meu caro Pedro, se você me permite, eu gostaria de lhe fazer uma proposta” (linhas 55 e 56) contém expressa a polidez do tratamento empresarial exclusiva da linguagem escrita.
- (D) A fala da executiva “— Bom dia. Muito prazer. Belas sandálias. Eu sou uma executiva bem-sucedida” (linhas 42 e 43) revela uma linguagem polida, em atendimento às convenções sociais, mas sem demonstração explícita de sinceridade.
- (E) A exatidão da descrição do Inferno nas palavras da recém-chegada atemorizou o “síndico” do paraíso.

QUESTÃO 7

Com base em aspectos linguísticos do texto II, assinale a alternativa correta.

- (A) O termo de referência mais usado para a personagem principal do texto II é construído por substantivo feminino qualificado por expressão composta de advérbio mais adjetivo, com o propósito de ironizar a profissional.
- (B) Na frase “Ainda meio zozza, atravessou-o e viu uma miríade de pessoas, todas vestindo cândidos camisolões e caminhando despreocupadas” (linhas de 4 a 6), o advérbio “meio” pode ser corretamente empregado em sua forma feminina; o substantivo “miríade” é um substantivo coletivo de pessoas; e o adjetivo “cândidos” é um proparoxítono e significa **inocentes**.
- (C) Na frase das linhas 18 e 19 “Aqui todos vivemos em estado de gozo permanente”, a concordância verbal é condenada pelos gramáticos.
- (D) A frase **Aonde é que nós estamos?** é construção alternativa correta para a original da linha 13.
- (E) A construção sintática **a executiva bem-sucedida custou um pouco de admitir que** reescreve corretamente o original das linhas 22 e 23.

QUESTÃO 8

Acerca de fatos gramaticais presentes no texto II, assinale a alternativa correta.

- (A) A preposição “de” em “de que”, da linha 25, pode ser retirada sem prejuízo gramatical.
- (B) A frase **daqui à uma semana** reescreve corretamente a construção original da linha 26.
- (C) O advérbio indica lugar em todas as seguintes passagens: “fui trazida para cá” (linha 11); “e isto aqui está me parecendo” (linha 12); “E foi aí que o interlocutor sugeriu” (linha 29); “ali na organização” (linha 54).
- (D) O advérbio e a pontuação da frase da linha 35, “— Assim (...)?”, sugerem uma linguagem gestual por parte da personagem.
- (E) O “não” da linha 36 é um advérbio com valor semântico de negação, assim como o **não** repetido da linha 34.

QUESTÃO 9

Ainda com relação a aspectos gramaticais do texto II, assinale a alternativa correta.

- (A) O sufixo -ada da palavra “pontada” (linha 2) cria significado semelhante em “despreocupadas” (linha 6) e “avançadas” (linha 25).
- (B) O advérbio na construção “reagiu rapidinho” (linha 41) foi usado de acordo com a norma padrão da língua portuguesa, com flexão de diminutivo.
- (C) O substantivo sofre mudança de classe gramatical na passagem “O distinto vai me dizer que” (linha 46), como costuma acontecer em situações de diálogo, assim como em **O amigo gostaria de; O colega me perdoe; Meu caro, isso não se faz**.
- (D) A crase da linha 51 é opcional.
- (E) Na passagem “o retorno do investimento do Grande Acionista... Ele existe, certo?” (linhas 81 e 82), as reticências marcam a interrupção do pensamento, em virtude de uma dúvida surgida na cabeça do falante, coroada pela frase interrogativa.

QUESTÃO 10

Com base no texto II, é correto interpretar que a executiva **não** demonstrou sentir

- (A) orgulho.
- (B) espanto.
- (C) revolta.
- (D) insatisfação.
- (E) curiosidade.

QUESTÃO 11



A Lei n.º 11.340/2006 cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher.

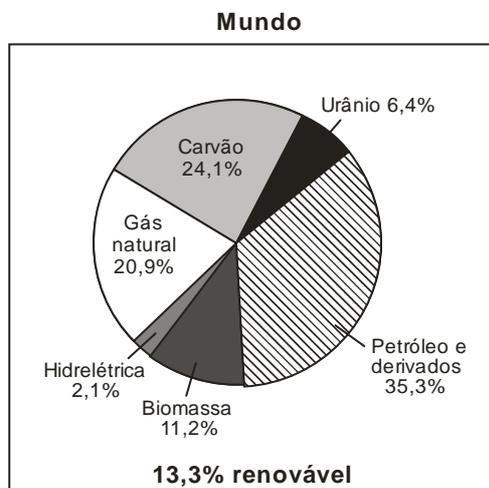
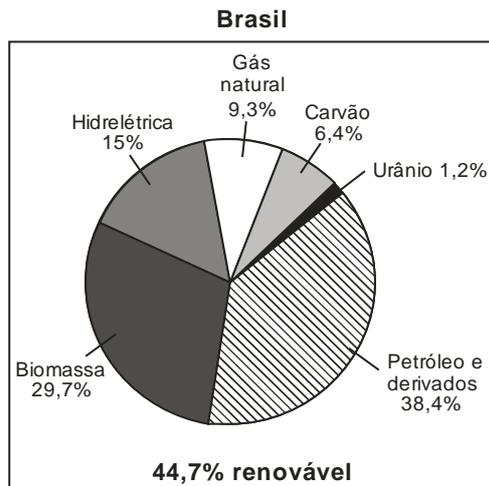
Introdução da Lei n.º 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, sancionada pelo presidente da República em 7 de agosto de 2006.

Acerca dessa lei, assinale a alternativa correta.

- (A) Condenados por agressão contra mulheres poderão ter sua pena substituída por penas alternativas, como a prestação de serviços comunitários.
- (B) A agressão contra a mulher, quando cometida pelo companheiro, é considerada crime hediondo, recebendo punição mais severa que o estupro.
- (C) Essa lei permite que agressores de mulheres no âmbito doméstico ou familiar sejam presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada.
- (D) Para efeitos de punição por meio dessa lei, entende-se como violência doméstica e familiar contra a mulher as formas de violência física, sexual, patrimonial e moral, excluindo-se a violência psicológica, já enquadrada em outros dispositivos.
- (E) Essa lei recebeu a alcunha de **Lei Maria da Penha**, em homenagem à deputada federal de mesmo nome, eleita pelo Rio Grande do Sul, parlamentar que mais se empenhou por sua aprovação.

QUESTÃO 12

Matriz energética



MME/BEN (2006).

Com base nos gráficos anteriores, assinale a alternativa correta.

- (A) Analisando-se apenas as fontes renováveis de energia, é correto afirmar que o Brasil possui uma matriz energética mais danosa ao meio ambiente do que o planeta como um todo.
- (B) A recente inauguração de diversas usinas hidrelétricas no interior do Norte e do Nordeste do Brasil, com aproveitamento das excepcionais condições naturais, é um fator determinante para o aumento verificado na competitividade industrial brasileira nos mercados globais.
- (C) Clima, relevo, extensão territorial e disponibilidade hídrica são fatores que favorecem o Brasil na obtenção da energia de origem hidráulica. Por outro lado, nenhum desses fatores favorece a China, que utiliza excessivamente o carvão mineral, altamente danoso ao meio ambiente.
- (D) No Brasil, a agricultura energética tem contribuído significativamente para a grande participação das energias obtidas a partir da biomassa no consumo energético total do país.
- (E) O Distrito Federal é autossuficiente em energia hidrelétrica.

QUESTÃO 13

Escândalo de corrupção deixa cidade sem comando

(2/9/2010) Com a prisão do prefeito, vice-prefeito, presidente da Câmara e mais oito vereadores, não havia praticamente ninguém para assumir a prefeitura. O Tribunal de Justiça do estado não se pronunciou oficialmente para indicar um gestor para o município. O fato é que a segunda maior cidade do estado está sem administrador. Foram três meses de investigações. A denúncia partiu do secretário municipal de Comunicação, que fez as gravações e apareceu em imagens entregando dinheiro ao prefeito. Segundo a Polícia Federal, o prefeito chefiava um esquema que fraudava licitações e desviava dinheiro público. Vinte e oito pessoas foram presas.

Internet: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil>>. Acesso em 13/9/2010.

STJ prorroga prisões de investigados na Operação Mãos Limpas

(15/9/2010) O ministro João Otávio de Noronha, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), acatou o pedido do Ministério Público Federal (MPF) para prorrogar a prisão temporária de seis pessoas investigadas por participação em um esquema de desvio de verbas no estado, alvo da Operação Mãos Limpas, da Polícia Federal. [...] Com a decisão, permanecerão presos o atual governador do estado, o ex-governador, o presidente do Tribunal de Contas do estado, o ex-secretário estadual de Educação, o secretário estadual de Segurança e um empresário.

Internet: <<http://tribunadonorte.com.br>> (com adaptações). Acesso em 16/9/2010.

As notícias dos dois textos anteriores reportam-se a casos de mau uso do dinheiro público, situação que traz graves consequências à sociedade. Os textos relatam fatos ocorridos, respectivamente, em

- (A) Anápolis (GO) e em Roraima.
- (B) Dourados (MS) e no Amapá.
- (C) Campo Grande (MS) e em Rondônia.
- (D) Manaus (AM) e no Acre.
- (E) Boa Vista (RR) e no Amapá.

QUESTÃO 14

(9/8/2010) Tramita na Câmara dos Deputados um projeto de lei que torna crime fraudar concursos públicos. O Projeto de Lei n.º 7.738/2010 foi protocolado na Câmara, na semana passada, pelo deputado Felipe Maia (DEM-RN). Segundo o Artigo 1.º da proposta, as pessoas que cometerem ou favorecerem fraudes em concursos públicos sujeitam-se às penas previstas nesta lei.

Internet: <<http://zerohora.clicrbs.com.br>>. Acesso em 13/9/2010.

Tendo o texto como referência inicial, assinale a alternativa correta.

- (A) Por não estar a fraude em concurso público tipificada como crime, as pessoas envolvidas nesse tipo de ação têm de ser enquadradas, para efeito de punições, em crimes como estelionato ou formação de quadrilha.
- (B) Segundo prevê o projeto mencionado, aqueles que se envolverem em fraudes, à exceção dos próprios candidatos, ficam sujeitos a penas comparáveis às cominadas aos crimes hediondos.
- (C) Não é passível de demissão do serviço público, por consequência do direito já adquirido ao cargo público, aquele que ali tiver ingressado por concurso, utilizando-se de qualquer meio fraudulento.
- (D) O projeto de lei n.º 7.738/2010 foi largamente criticado por professores, candidatos e instituições preparatórias para concursos, que consideraram as penas nele impostas aos infratores excessivamente brandas.
- (E) Como apenas processos seletivos de alcance local ou regional têm sido prejudicados por fraudes, as instituições interessadas na moralização dos concursos podem agir com calma e paciência, na busca de soluções para esse problema.

QUESTÃO 15

A Constituição Federal de 1988 proclama, na estrutura política que dá configuração ao modelo federal de Estado, que a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, todos autônomos. Acerca desse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Compete exclusivamente à União instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, incluindo habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
- (B) Norma distrital que submeta as desapropriações, no âmbito do Distrito Federal, à aprovação prévia da Câmara Legislativa do Distrito Federal não viola a competência da União.
- (C) As ilhas fluviais são de exclusiva propriedade da União.
- (D) A titularidade dos serviços de transporte rodoviário interestadual de passageiros é dos estados.
- (E) É de competência comum da União e do Distrito Federal legislar sobre vencimentos dos membros da polícia civil e da militar do Distrito Federal.

QUESTÃO 16

O princípio da responsabilidade civil do Estado, com fundamento na teoria objetiva, foi consagrado na Constituição de 1946, seguido pela Constituição de 1967 e reproduzido na Emenda Constitucional n.º 1/69. Atualmente, esse princípio está previsto no art. 37, § 6.º, da Constituição Federal de 1988. A respeito desse tema, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A teoria do risco administrativo confere fundamento à responsabilidade civil objetiva do poder público.
- (B) A responsabilidade objetiva do Estado independe de caracterização de culpa dos agentes estatais ou de demonstração de falta do serviço público.
- (C) Evidenciada a culpa da vítima, o princípio da responsabilidade objetiva admite a exclusão da própria responsabilidade civil do Estado.
- (D) O dispositivo constitucional que regula a responsabilidade objetiva da Administração abrange as empresas públicas e as sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos.
- (E) Agressão a terceiro praticada por soldado fora de seu horário de trabalho com uso de arma da corporação militar é caso que exemplifica a responsabilidade objetiva do Estado.

QUESTÃO 17

O art. 173, § 1.º, da Constituição Federal de 1988 dispõe que as sociedades de economia mista e as empresas públicas que explorem atividade econômica em sentido estrito estão sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas privadas. Nesse contexto, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A contratação de pessoal das entidades mencionadas deve ser feita por meio de concurso público.
- (B) Havendo previsão na lei que instituiu a sociedade de economia mista, é dispensável autorização legislativa para a criação de empresas subsidiárias respectivas.
- (C) A criação de sociedade de economia mista depende de autorização legislativa.
- (D) As empresas públicas e as sociedades de economia mista que prestam serviço público não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- (E) As entidades mencionadas no preceito constitucional submetem-se ao instituto da licitação.

QUESTÃO 18

Acerca dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) A competência, como requisito de validade do ato administrativo, é indelegável.
- (B) A concessão de um alvará para a realização de uma obra é um ato administrativo discricionário e precário.
- (C) A finalidade é requisito sempre vinculado de qualquer ato administrativo.
- (D) A presunção de legitimidade que favorece os atos administrativos é absoluta.
- (E) Somente a administração pública tem competência para anular o ato administrativo; a revogação, por sua vez, cabe ao Poder Judiciário.

QUESTÃO 19

Ressalvados casos específicos, o regime jurídico a que estão submetidos os servidores da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, nos termos da Lei Distrital n.º 197/1991, é o da Lei n.º 8.112/1990. De acordo com esse Estatuto, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Será concedida ao servidor licença para atividade política, assegurados os vencimentos do cargo efetivo, pelo período de três meses, a partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição.
- (B) A destituição do cargo em comissão, a suspensão e a advertência são formas de penalidades disciplinares.
- (C) A investidura em cargo público ocorre com a posse.
- (D) O servidor somente perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- (E) A vacância do cargo público poderá decorrer de readaptação.

QUESTÃO 20

O poder administrativo concedido à autoridade pública tem limites certos e forma legal de utilização. Não é *carta branca* para arbítrios, violências, perseguições ou favoritismos governamentais. No tocante ao tema uso e abuso de poder, assinale a alternativa correta.

- (A) Quando a autoridade pública outorga uma permissão sem interesse coletivo, ocorre o excesso de poder.
- (B) O abuso de poder da autoridade administrativa reveste-se apenas da forma comissiva, porque é capaz de afrontar a lei e causar lesão a direito individual do administrado.
- (C) Para o combate ao abuso de poder, o constituinte brasileiro prevê a salvaguarda do *habeas corpus*, cabível contra ato de qualquer autoridade.
- (D) Deixar de executar determinada prestação de serviço a que se está obrigado por lei é forma omissiva de abuso de poder por parte da autoridade administrativa.
- (E) Todo ato administrativo abusivo é nulo quando houver excesso ou desvio de poder.

QUESTÃO 21

A respeito dos fundamentos da organização do Distrito Federal (DF), assinale a alternativa correta.

- (A) A autonomia federativa assenta-se na posse de competências exclusivas e independe da existência de órgãos governamentais próprios, isto é, é possível a dependência dos órgãos federais quanto à seleção e à investidura.
- (B) O valor fundamental da plena cidadania tem o significado de inclusão apenas do cidadão, com capacidade de votar e ser votado.
- (C) A dignidade da pessoa humana é um valor supremo que atrai o conteúdo de todos os direitos fundamentais do homem, desde o direito à vida.
- (D) O pluralismo político permite a adoção de partido local, com concepção ideológica do social-nacionalismo alemão.
- (E) A autonomia política permite o relacionamento direto entre o Distrito Federal e outros organismos de Direito Internacional Público.

QUESTÃO 22

Assinale a alternativa que apresenta objetivo prioritário do Distrito Federal.

- (A) Garantir e promover os direitos humanos assegurados na Constituição Federal e na Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- (B) Promover o bem de todos, em especial o dos eleitores.
- (C) Valorizar e desenvolver a cultura local, independentemente de contribuir para a cultura brasileira.
- (D) Assegurar, por parte do poder público, a proteção individualizada à vida e à integridade física e psicológica dos autores e das testemunhas de infrações penais e de seus respectivos familiares.
- (E) Assegurar ao cidadão o exercício dos direitos de iniciativa que lhe couberem, relativos ao controle da legalidade e da legitimidade dos atos do poder público, cabendo exclusivamente ao Ministério Público o controle da eficácia dos serviços essenciais à população.

QUESTÃO 23

A respeito da organização do Distrito Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Brasília é a capital da República Federativa do Brasil, e a sede do governo do DF é a cidade de Taguatinga.
- (B) O Distrito Federal, na execução de seu programa de desenvolvimento socioeconômico, buscará a integração com a região do entorno do DF, que se encontra em Goiás.
- (C) A remuneração dos administradores regionais não poderá ser inferior à fixada para os secretários de Estado do DF.
- (D) O território do Distrito Federal compreende o espaço físico-geográfico que se encontra sob seu domínio e jurisdição, incluindo o seu entorno.
- (E) A criação e a extinção de regiões administrativas ocorrerão mediante lei aprovada pela maioria absoluta dos deputados distritais.

QUESTÃO 24

No tocante aos servidores públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei assegura aos servidores da administração direta isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.
- (B) É direito do servidor público a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e a quarenta horas semanais, facultado ao poder público conceder a compensação de horários e a redução da jornada, nos termos da lei.
- (C) A Lei Orgânica do Distrito Federal não assegura a instituição de planos de carreira, deixando o tema para a lei complementar.
- (D) O tempo de serviço prestado por servidor requisitado a qualquer dos Poderes do DF não é computado como exercício efetivo.
- (E) O servidor público ativo e inativo do Distrito Federal, da administração direta, indireta e fundacional, tem direito à quitação da folha de pagamento até o décimo dia útil do mês subsequente.

QUESTÃO 25

O controle concentrado protege a supremacia da Constituição Federal independentemente da lesão concreta a direitos subjetivos. Nele, é questionado, de forma direta, o ato normativo. Com relação aos instrumentos de controle concentrado, assinale a alternativa correta.

- (A) ADI é a ação para verificação da omissão constitucional.
- (B) ADC é conhecida como a ação para a verificação da inconstitucionalidade da norma federal.
- (C) ADI interventiva refere-se à ação para que o município possa intervir na União.
- (D) ADPF significa arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- (E) ADE é a ação para avocação de causa eleitoral para o Supremo Tribunal Federal.

QUESTÃO 26

É considerado direito social previsto na Constituição Federal de 1988

- (A) a liberdade de associação e de religião.
- (B) a proteção do meio ambiente.
- (C) a proteção da saúde e da educação.
- (D) a proteção da paz mundial.
- (E) o mandado de segurança.

QUESTÃO 27

São privativos de brasileiro nato os cargos de

- (A) ministro do Superior Tribunal de Justiça e presidente do Banco Central.
- (B) ministro do Supremo Tribunal Federal e oficial das forças armadas.
- (C) presidente dos tribunais de justiça dos estados e juiz federal.
- (D) ministro de Estado da Educação e ministro das Relações Exteriores.
- (E) presidente do Tribunal Superior Eleitoral e presidente do Senado Federal.

QUESTÃO 28

É competência privativa do presidente da República

- (A) exercer sozinho a direção superior da administração federal.
- (B) vetar projetos de emenda constitucional, total ou parcialmente.
- (C) manter relações com Estados estrangeiros e desacreditar seus representantes diplomáticos.
- (D) decretar o estado de calamidade pública e o estado de sítio.
- (E) nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os ministros do Supremo Tribunal Federal.

QUESTÃO 29

A respeito da educação na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que

- (A) a educação é um direito político.
- (B) compete privativamente à União legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.
- (C) a Constituição não prevê a implantação de política de educação para a segurança do trânsito.
- (D) compete aos municípios manter os programas de educação universitária.
- (E) é possível instituir imposto sobre o patrimônio das instituições de educação sem fins lucrativos.

QUESTÃO 30

A seguridade social no Brasil, conforme a Constituição Federal de 1988, compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos a

- (A) saúde, previdência e assistência social.
- (B) previdência, indígenas e trabalhadores.
- (C) saúde, previdência e educação.
- (D) saúde, cultura e desporto.
- (E) saúde, segurança pública e meio ambiente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 31**

O controle de constitucionalidade representa a adequação de todo o sistema normativo à constituição, sob os auspícios das competências do Poder Judiciário. E, justamente em face disso, é um instituto que não foi imediatamente albergado por todos os sistemas jurídicos, pois, se não está harmonicamente adequado às demais funções estatais, pode ser encarado como uma sobreposição do Judiciário, notadamente com relação ao Legislativo. Assim, a separação das funções deve estar representada em uma constituição como meio de controle do poder, sem a perda de competências próprias de nenhuma outra função estatal. Acerca da separação das funções estatais e do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta, considerando o direito constitucional brasileiro.

- (A) A identificação das funções de editar normas gerais, aplicá-las ao caso concreto e julgar os eventuais conflitos decorrentes dessa aplicação deve-se à teoria formulada por Montesquieu, no âmbito do Estado liberal.
- (B) O tribunal de contas, no âmbito de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público.
- (C) No sistema normativo brasileiro, o Legislativo e o Executivo têm competências para exercer o controle preventivo de constitucionalidade; todavia, ao Judiciário, é prevista exclusivamente a competência de controle repressivo.
- (D) É correto afirmar que a doutrina e a jurisprudência brasileiras não aceitam a flexibilização da teoria da nulidade absoluta, em consonância com a vedação expressa da aplicação dessa teoria, conforme o previsto no plano legislativo.
- (E) É considerada invasão de competências a análise extraordinária, pelo Judiciário, dos requisitos de relevância e urgência para edição de medidas provisórias.

QUESTÃO 32

No arranjo constitucional brasileiro vigente, ao Poder Judiciário compete, respeitada a independência e a harmonia em relação ao Legislativo e ao Executivo, o exercício da jurisdição, fazendo a aplicação do Direito ao caso concreto. Considerando as competências do Judiciário para disciplinamento da jurisdição, assinale a alternativa correta em relação às alterações na organização e nas competências trazidas pela reforma do Judiciário, mediante a Emenda Constitucional de n.º 45, de 17/11/2004.

- (A) É competente o Supremo Tribunal Federal, mediante provocação da Procuradoria-Geral da República, para decidir a respeito do deslocamento de competência para a justiça federal dos crimes contra os direitos humanos.
- (B) Foi criado o instituto da repercussão geral, como preliminar para o conhecimento do recebimento dos recursos perante os tribunais superiores.
- (C) Compete ao Superior Tribunal de Justiça a homologação das sentenças estrangeiras bem como a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.
- (D) A aprovação da nomeação, pelo Senado Federal, dos ministros do Superior Tribunal de Justiça passou a ser o de maioria simples, desvinculando-se do critério adotado para a aprovação dos ministros do Supremo Tribunal Federal: o da maioria absoluta dos membros daquela casa legislativa.
- (E) A composição do Tribunal Superior do Trabalho passou de sete para dezessete ministros.

QUESTÃO 33

Entre as funções essenciais à justiça, o Ministério Público exerce a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Acerca dos princípios constitucionais aplicáveis ao Ministério Público, assinale a alternativa correta.

- (A) Como consectário do princípio da unidade, o Ministério Público deve ser entendido como uma só instituição, ou seja, seus órgãos integrantes federais e estaduais apresentam unidade entre si em relação à divisão funcional.
- (B) Em face do princípio da independência funcional, é lícito que um membro do Ministério Público substitua outro na mesma função, sem óbice processual.
- (C) A independência do Ministério Público garante que seus membros, ressalvadas as questões administrativas e funcionais que os fazem submeterem-se ao chefe da instituição, possam exercer com autonomia suas competências próprias.
- (D) A atuação dos seus membros não se dá em nome próprio, mas em nome do Ministério Público, caracterizando, assim, a indivisibilidade das funções ministeriais.
- (E) A independência do Ministério Público deve ser entendida com temperamento, quando do exercício das funções de representação judicial e extrajudicial do Estado, uma vez que, nessa atuação, o Ministério Público representa a vontade da pessoa jurídica de direito público interno.

QUESTÃO 34

Aplicado ao sistema de freios e contrapesos, ao Poder Legislativo competem funções próprias de criação de normas gerais bem como de atividades de controle do Executivo e do Judiciário. Em relação à organização e às competências do Legislativo, previstas na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) A fixação dos percentuais máximos para a definição do número de cargos de vereador será feita exclusivamente por lei de iniciativa do Poder Legislativo municipal.
- (B) Faz parte do processo legislativo a elaboração da Constituição, de suas emendas, de leis complementares, ordinárias e delegadas, de medidas provisórias, de decretos legislativos bem como de resoluções.
- (C) No que se refere à matéria orçamentária, o Supremo Tribunal Federal admite a competência legislativa excepcional do Executivo para a iniciativa de abertura de créditos adicionais extraordinários.
- (D) Em relação à iniciativa legislativa de matéria tributária, o chefe do Executivo detém competência exclusiva.
- (E) Devem funcionar, obrigatoriamente, junto aos tribunais de contas os membros designados pelo chefe do Ministério Público, entre os ocupantes dos cargos de procurador de justiça, no âmbito estadual, e de procurador da República, na esfera federal.

QUESTÃO 35

No sistema constitucional brasileiro vigente, compete ao Executivo o exercício precípua das funções de administração pública, podendo esta ser conceituada como a estrutura estatal própria para a operacionalização das políticas públicas traçadas pelo governo. Acerca dos princípios constitucionais da administração pública brasileira, assinale a alternativa correta.

- (A) A doutrina majoritária aponta como legítimas as autorizações legislativas que indiquem as bases a serem obedecidas por futura regulamentação em decretos do Executivo.
- (B) O princípio da moralidade, por carecer de lei própria para sua cogência, fragiliza a punição dos administradores públicos que não atuem diligentemente em prol do interesse público.
- (C) O princípio da eficiência somente pôde ser introduzido na administração pública na sua fase burocrática, uma vez que, no patrimonialismo, não havia controles em relação à separação dos interesses públicos e privados.
- (D) Em face das garantias conferidas ao processo administrativo em relação ao processo judicial, a publicidade dos atos da Administração deve ser irrestrita, sob pena de nulidade do ato.
- (E) Entre os expressos princípios constitucionais aplicáveis à administração pública, a isonomia representa uma sólida garantia de um Estado Democrático de Direito, a fim de não possibilitar a utilização de critérios diferenciados para situações semelhantes entre os administrados.

QUESTÃO 36

O entendimento de uma constituição deve ser feito sob vários aspectos, pois, só assim, a inteireza do texto passa a ter condições efetivas de produzir seu real significado para a sociedade. Nesse aspecto, assinale a alternativa correta acerca das acepções interpretativas de uma constituição.

- (A) Sob o enfoque sociológico, uma constituição é tida como um instituto jurídico, não legitimando nem sendo legitimada por relações e forças sociais, já que estas são objeto da sociologia.
- (B) No sentido culturalista, encontra-se o conceito de **constituição total**, representando, entre outros, os aspectos jurídicos, sociológicos e filosóficos.
- (C) Juridicamente, uma constituição, por estar localizada no ápice da hierarquia normativa, representa o próprio **ser**.
- (D) Politicamente, não há espaço para a distinção entre constituição e leis constitucionais, haja vista a inserção dessas leis no corpo do texto constitucional.
- (E) Uma constituição do tipo aberta, ao possibilitar a relativização de sua interpretação, induz ao risco de perda da força normativa dela.

QUESTÃO 37

Segundo a doutrina clássica, a administração pública realiza sua função executiva por meio de atos jurídicos que recebem a denominação especial de atos administrativos, os quais, por sua natureza, conteúdo e forma, diferenciam-se dos que emanam do Poder Legislativo e do Judiciário, quando desempenham suas atribuições específicas de legislação e de jurisdição. A respeito dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) A competência administrativa é indelegável.
- (B) Uma autorização que depende do visto de uma autoridade superior é classificada como ato complexo.
- (C) Os atos administrativos deverão ser motivados quando importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação.
- (D) Não cabe ao Poder Judiciário apreciar a legalidade dos atos administrativos discricionários.
- (E) O procedimento de desapropriação é um ato de gestão que a Administração impõe coercitivamente aos administrados.

QUESTÃO 38

Um município firmou um contrato de concessão de serviço público com uma sociedade empresária. Considerando essa situação, é correto afirmar que

- (A) os contratos administrativos não se enquadram na categoria dos denominados contratos de adesão.
- (B) não será admitida a subconcessão do objeto contratado.
- (C) a extinção do contrato de concessão não ocorre pela encampação.
- (D) incumbe ao poder concedente do serviço público responder por todos os prejuízos causados aos usuários ou a terceiros.
- (E) o contrato de concessão poderá prever cláusula de arbitragem como solução de controvérsia dele decorrente.

QUESTÃO 39

Como regra geral imposta pela Constituição Federal de 1988, obras, serviços, compras e alienações, quando contratados pela administração pública, deverão ser precedidos do processo de licitação. Acerca desse tema, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Configura situação de dispensa de licitação a aquisição de materiais e equipamentos de fornecedor exclusivo.
- (B) O pregão constitui modalidade de licitação para aquisição de serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação.
- (C) A inexigibilidade de licitação verifica-se sempre que houver impossibilidade jurídica de competição.
- (D) O convite é uma modalidade de licitação possível em licitações internacionais.
- (E) Quando a licitação é convocada e não aparece nenhum interessado, tem-se a licitação deserta.

QUESTÃO 40

O poder de polícia é uma das principais funções administrativas do Estado. Com base nessa afirmativa, assinale a alternativa correta.

- (A) A discricionariedade, que informa o poder de polícia da Administração, é ilimitada.
- (B) Em virtude do princípio da autoexecutoriedade, a proibição de fabricação ou comércio de certos produtos é uma sanção decorrente do poder de polícia.
- (C) A autorização judicial não é prescindível para a prática de atos de polícia.
- (D) A polícia administrativa pode agir apenas preventivamente.
- (E) O exercício do poder de polícia pode ser delegado a entidades privadas prestadoras de serviço público.

QUESTÃO 41

A doutrina da responsabilidade civil da administração pública evoluiu do conceito de irresponsabilidade para o da responsabilidade com culpa; deste, para o da responsabilidade civilística; e desta, para a fase da responsabilidade pública, em que nos encontramos.

Hely Lopes Meirelles

No que concerne à administração pública e à responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A responsabilidade objetiva das concessionárias e permissionárias de serviços públicos estende-se a todos os usuários e não-usuários.
- (B) A teoria da culpa administrativa exige da vítima a comprovação da falta do serviço para obter a indenização.
- (C) A responsabilidade pelos danos causados por atos de terceiros não está contemplada na teoria do risco administrativo.
- (D) As sociedades de economia mista que executem atividade econômica de natureza privada não estão sujeitas à incidência da regra da responsabilidade civil objetiva do Estado.
- (E) Na teoria do risco administrativo, existindo o nexo de causalidade entre o fato do serviço e o dano ocorrido, a culpa da Administração é presumida.

QUESTÃO 42

A respeito de fundação, sociedade de economia mista e empresa pública, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) As empresas públicas são constituídas exclusivamente por capital público.
- (B) As sociedades de economia mista e as empresas públicas podem gozar de privilégios fiscais extensivos às do setor privado.
- (C) A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos é uma empresa pública regida predominantemente pelo direito público.
- (D) As fundações instituídas pelo poder público, com personalidade jurídica de direito público, têm as mesmas características das empresas públicas.
- (E) As sociedades de economia mista devem adotar obrigatoriamente a forma de sociedade anônima; enquanto a empresa pública, qualquer forma societária.

QUESTÃO 43

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) admite a celebração de contrato de trabalho por prazo determinado, também denominado pela doutrina de contrato a termo, em hipóteses restritas, estabelecendo regras rígidas para prorrogação e sucessividade contratuais. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) A prorrogação do prazo do contrato de trabalho a termo, de acordo com a CLT, somente poderá ocorrer uma única vez e de forma expressa.
- (B) O prazo máximo previsto na CLT para os contratos de trabalho a termo é de dois anos, podendo ser prorrogados uma única vez por igual período.
- (C) O contrato de trabalho por prazo determinado cuja expiração de vigência dependeu da execução de serviços especializados poderá ser sucedido por outro contrato a termo, entre as mesmas partes, desde que observado, entre um e outro, o intervalo mínimo de seis meses.
- (D) Nos contratos de trabalho por prazo determinado, o tempo de afastamento legal do empregado não será computado na contagem do prazo para a respectiva terminação, se assim acordarem as partes interessadas.
- (E) De acordo com a CLT, o contrato de experiência sujeita-se às mesmas regras quanto ao prazo e à possibilidade de prorrogação e de sucessividade estabelecidas para os contratos a termo em geral.

QUESTÃO 44

Em relação à rescisão do contrato de trabalho a pedido do empregado, assinale a alternativa correta.

- (A) Não fará jus às férias proporcionais o empregado que rescindir antecipadamente o contrato de trabalho por prazo determinado.
- (B) O pedido de demissão formulado por empregado absolutamente capaz, com seis meses de serviço, dispensa a homologação pelo sindicato da categoria ou pela autoridade do Ministério do Trabalho.
- (C) As férias proporcionais devidas ao empregado com menos de um ano de serviço, na hipótese de pedido de demissão, não estão sujeitas ao acréscimo do terço constitucional.
- (D) O empregado que pede demissão não tem direito à gratificação natalina (13.º salário) proporcional.
- (E) A rescisão do contrato de trabalho a pedido do empregado não exclui o direito ao levantamento dos valores depositados em sua conta vinculada de FGTS.

QUESTÃO 45

O regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) tornou-se obrigatório para todo contrato de trabalho regido pela CLT a partir da Constituição Federal de 1988. A respeito desse instituto, assinale a alternativa correta.

- (A) Havendo rescisão contratual por culpa recíproca, o trabalhador não tem direito ao levantamento dos valores depositados em sua conta vinculada de FGTS no curso do pacto.
- (B) A declaração judicial de nulidade do contrato de trabalho celebrado com ente público, em face da ausência do requisito constitucional do concurso público, exclui o direito do trabalhador de movimentar a sua conta vinculada de FGTS.
- (C) A extinção normal do contrato a termo, pela expiração do prazo avançado, por não configurar despedida sem justa causa, exclui o direito do trabalhador ao levantamento dos depósitos de FGTS realizados em sua conta vinculada pelo empregador no curso do pacto.
- (D) Os depósitos de FGTS em conta bancária vinculada do trabalhador deverão ser realizados pelo empregador, durante o contrato de trabalho, até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido.
- (E) Incluem-se na base de cálculo do FGTS as prestações *in natura*, também denominadas de salário-utilidade, fornecidas pelo empregador ao empregado por força do contrato de trabalho.

QUESTÃO 46

O empregado contratado para cumprir jornada de quarenta e quatro horas semanais terá direito, a cada doze meses de vigência do contrato de trabalho, ao gozo de um período de férias, que varia segundo a quantidade de faltas injustificadas. Considerando essas informações, assinale a alternativa correta.

- (A) O empregado terá direito a apenas vinte e quatro dias corridos de férias se houver faltado ao serviço, sem justificativa, treze dias, durante o respectivo período aquisitivo.
- (B) O empregado terá direito a apenas dezoito dias corridos de férias se houver faltado ao serviço, sem justificativa, vinte e quatro dias, durante o respectivo período aquisitivo.
- (C) O empregado terá direito a apenas doze dias corridos de férias se houver faltado ao serviço, sem justificativa, vinte e três dias, durante o respectivo período aquisitivo.
- (D) O empregado terá direito a apenas vinte e quatro dias corridos de férias se houver faltado ao serviço, sem justificativa, cinco dias, durante o respectivo período aquisitivo.
- (E) O empregado terá direito a trinta dias corridos de férias se houver faltado ao serviço, sem justificativa, seis dias, durante o respectivo período aquisitivo.

QUESTÃO 47

Estão sujeitos ao rito sumaríssimo os dissídios individuais cujo valor não exceda, na data do seu ajuizamento, a quarenta vezes o salário mínimo vigente. Quanto às peculiaridades do procedimento sumaríssimo no processo do trabalho previstas na CLT, assinale a alternativa correta.

- (A) A ação deve ser instruída e julgada no prazo máximo de vinte dias do seu ajuizamento, em audiência única.
- (B) Cada parte no processo pode apresentar até três testemunhas, cujo comparecimento à audiência deve ocorrer independentemente de intimação.
- (C) Sendo parte no processo judicial trabalhista a administração pública direta, autárquica e fundacional, a ação não segue o rito sumaríssimo, independentemente do valor da causa.
- (D) Havendo a necessidade de realização de prova pericial, deve o juiz converter o rito sumaríssimo para ordinário, tendo em vista a possibilidade de demora para a solução final do litígio.
- (E) Os pedidos ilíquidos constantes da petição inicial devem ser liquidados por determinação do juiz antes da prolação da sentença.

QUESTÃO 48

A respeito da jornada de trabalho do empregado, para efeito de apuração de horas extraordinárias, assinale a alternativa correta.

- (A) As horas extraordinárias dos empregados sob o regime de tempo parcial não podem exceder de duas por dia, desde que haja previsão em acordo ou convenção coletiva e sejam remuneradas com o adicional de 50% do valor da hora normal.
- (B) Para efeito de apuração de horas extras, computa-se, na jornada de trabalho do empregado, o período de intervalo destinado ao descanso e à refeição, que deve ser de, no mínimo, uma e, no máximo, duas horas, para aqueles com jornada de seis a oito horas diárias.
- (C) O tempo despendido pelo empregado no deslocamento de casa até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não é computado na jornada de trabalho, com uma única exceção: quando, tratando-se de local de difícil acesso e não servido por transporte público regular, o empregador fornece a condução.
- (D) O repouso de dez minutos a cada período de noventa minutos de trabalho, obrigatório nos serviços permanentes de mecanografia (datilografia, escrituração ou cálculo), não é computado na duração do trabalho para efeito de apuração de horas extras.
- (E) As variações de horário nos registros de ponto do empregado que não excedam de cinco minutos não são computadas como jornada extraordinária, observado o limite máximo diário de dez minutos.

QUESTÃO 49

O novo Código de Processo Civil, atualmente em tramitação no Senado Federal, deverá ser votado até o final do ano de 2010. Considerando que se trata de uma nova legislação processual, assinale a alternativa correta, com fundamento no Decreto-lei n.º 4.657/1942.

- (A) De acordo com a regra civil, a existência, a validade e a vigência da nova legislação processual terão início com a sua publicação.
- (B) Se a nova legislação processual tratar inteiramente a matéria da codificação anterior sem modificá-la, a força normativa cogente está na lei nova, em razão da equivalência de grau hierárquico.
- (C) Assim como o Código Civil, em razão da necessidade de cumprir prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, a *vacatio legis* deverá ser de um ano, a contar da publicação.
- (D) As alterações no texto da lei original, publicadas durante o período da *vacatio legis* desta, terão como termo de início da vigência a data da publicação da lei original.
- (E) O novo Código de Processo Civil, ao estabelecer disposições gerais, revoga as leis especiais anteriores que dispuserem sobre a mesma matéria, pois não pode ocorrer conflito de leis, ou seja, uma mesma matéria não pode ser regida por diversas leis.

QUESTÃO 50

Os princípios fundamentais que regem os contratos deslocaram seu eixo do dogma da vontade e do seu corolário da obrigatoriedade, para considerar que a eficácia dos contratos decorre da lei, a qual os sanciona porque são úteis, com a condição de serem justos. Nessa ótica, continua-se a visualizar o contrato como uma oportunidade para o cidadão, atuando no âmbito da autonomia privada, dispor sobre os seus interesses, de acordo com a sua vontade; mas essa manifestação de vontade não pode só por isso prevalecer, se dela resulta iniquidade e injustiça. O primado não é da vontade, é da justiça, mesmo porque o poder da vontade de uns é maior do que o de outros.

REsp 45666/SP, Rel. Ministro Barros Monteiro, STJ/4.ª Turma, julgado em 17/5/1994. *Diário da Justiça*, 5/9/1994, p. 23.110 (com adaptações).

Em relação ao posicionamento doutrinário e jurisprudencial acerca dos contratos, sob a ótica do Código Civil de 2002, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da função social do contrato limita-se a regulamentar os efeitos do contrato perante a sociedade, tendo eficácia externa.
- (B) Conforme dispõe a norma civil, o princípio da boa-fé incidirá no contrato, de forma restrita, sobre as fases de cumprimento e após a conclusão.
- (C) O princípio da liberdade de contratar é limitado pela função social e também pelos princípios da lealdade e da moralidade.
- (D) Há possibilidade de resolução judicial do contrato, sem a possibilidade de se pleitear a revisão, nos casos de onerosidade excessiva superveniente.
- (E) O direito de demandar pela evicção pressupõe a perda da coisa por ato de autoridade administrativa e é confirmado por sentença judicial transitada em julgado.

QUESTÃO 51

A UNESCO elaborou, em 1978, uma declaração dos direitos dos animais e, em junho de 2010, foi veiculada na mídia a notícia de que uma mulher deixou 8 milhões de libras esterlinas de herança para seus animais de estimação. A legislação brasileira não contempla os animais como sujeitos de direito. Em relação à personalidade e à capacidade civil no Direito Civil brasileiro, é correto afirmar que

- (A) o pródigo, por ser incapaz, para casar-se, necessita da manifestação do curador, quanto ao regime de bens do casamento.
- (B) a proteção que a legislação defere ao nascituro não alcança o natimorto, porquanto, para ter direitos da personalidade, é necessário nascer com vida.
- (C) a incapacidade do sujeito de direito limita sua vontade, vinculando-o ao tutor ou ao curador, sendo presumida, em caso de idade avançada.
- (D) a teoria natalista adotada pelo Código Civil entende que o nascituro é sujeito de direito desde a concepção.
- (E) a decretação da nulidade do ato jurídico praticado pelo incapaz depende da sentença de interdição transitada em julgado.

QUESTÃO 52

Quanto às obrigações, assinale a alternativa correta.

- (A) O pagamento parcial de uma obrigação prescrita torna-a exigível pelo credor quanto ao débito restante.
- (B) As obrigações naturais são dotadas de plena exigibilidade, já que a ofensa ao direito subjetivo do credor lhe concede a pretensão de exigir do devedor a coisa ou conduta voluntariamente recusada.
- (C) Na obrigação moral, há uma relação jurídica qualificada pelo débito e pelo crédito entre quem pagou e quem recebeu.
- (D) As obrigações originárias de contratos de prestação de serviços profissionais, como médicos, são de resultado, porquanto o profissional vincula-se ao objetivo a ser alcançado pelo contratante.
- (E) É correto caracterizar-se como obrigação moral o pagamento de alimentos por parentes além do segundo grau, sem qualquer amparo legal.

QUESTÃO 53

Acerca da responsabilidade e do dano, assinale a alternativa correta.

- (A) Nas negociações preliminares, há vinculação entre as partes, o que gera a responsabilidade contratual.
- (B) O dano moral é denominado imaterial ou ideal e refere-se à violação de lesões provocadas nos direitos da personalidade, razão pela qual não se aplica à pessoa jurídica.
- (C) A responsabilidade civil de pais, tutores e demais elencados no Código Civil é subjetiva, uma vez que há necessidade de prova do dolo ou culpa.
- (D) A proposta não gera responsabilidade se, posteriormente, não foram praticados atos necessários para a formalização do contrato.
- (E) Em geral, nas situações em que se imputa uma omissão ao Estado, a jurisprudência tem dispensado a prova de dolo ou culpa para sua responsabilização.

QUESTÃO 54

Acerca dos fatos jurídicos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os vícios do negócio jurídico, sejam de consentimento ou sociais, geram a sua nulidade.
- (B) O ato negocial é inválido se houver dolo na sua formação, mesmo se recíproco.
- (C) Se a incapacidade for em função da idade, mesmo que houvesse ocultação desta pelo incapaz, o negócio jurídico será passível de anulação.
- (D) A desconformidade da declaração de vontade do agente com o ordenamento jurídico ou com a vontade real produz um negócio jurídico inexistente.
- (E) A ratificação do negócio jurídico é ato bilateral e expresso, por meio do qual as partes o tornam válido definitivamente.

QUESTÃO 55

Quanto aos princípios constitucionais que regem o processo, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da motivação exige que a decisão demonstre às partes e à sociedade as razões do convencimento judicial, razão pela qual se restringe à atividade jurisdicional.
- (B) Pelo princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, nenhum juiz será afastado de suas funções sem que lhe sejam garantidos, em processo adequado, os direitos inerentes ao contraditório e à ampla defesa.
- (C) Expressamente previsto no texto constitucional, o princípio do duplo grau de jurisdição determina a remessa obrigatória ao tribunal das decisões contrárias à Fazenda Pública.
- (D) O devido processo legal é cláusula geral, aberta, geradora de princípios vários e autônomos, incidentes sobre toda e qualquer atuação do Estado, e não exclusivamente sobre o processo jurisdicional.
- (E) A Constituição Federal permite a criação e a atribuição de competência especial e não generalizada a determinados órgãos para julgamento de fatos ocorridos, a fim de evitar ofensa à inafastabilidade da jurisdição.

QUESTÃO 56

O Código de Processo Civil traz o rol taxativo dos recursos cabíveis; sendo assim, com relação aos recursos cíveis, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada. Serão, porém, objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que a sentença não as tenha julgado por inteiro.
- (B) Os embargos de declaração serão opostos no prazo de cinco dias, em petição dirigida ao juiz ou ao relator, com indicação do ponto obscuro, contraditório ou omissão, não estando sujeitos a preparo.
- (C) O juiz somente poderá exercer o juízo de retratação quando for interposto o agravo de instrumento.
- (D) Nos recursos interpostos nas causas de procedimentos sumários, de despejo e nos casos de indeferimento liminar da petição inicial, não haverá revisor.
- (E) Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto da divergência.

QUESTÃO 57

Tutela jurisdicional tem o significado de proteção de um direito ou de uma situação jurídica, pela via jurisdicional. Implica prestação jurisdicional em favor do titular de uma situação substancial amparada pela norma, caracterizando a atuação do Direito em casos concretos trazidos à apreciação do Poder Judiciário.

José Roberto dos Santos Bedaque. **Direito e processo: influência do direito material sobre o processo.** 2.^a ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1997, p. 26.

Em relação à jurisdição, assinale a alternativa correta.

- (A) Ao juiz, sob a alegação de que a aplicação do texto da lei à hipótese não se harmoniza com o seu sentimento de justiça ou equidade, é vedado substituir-se ao legislador para formular a própria regra de direito aplicável.
- (B) O critério de legalidade estrita da jurisdição deverá ser observado tanto na jurisdição voluntária quanto na contenciosa.
- (C) A Constituição Federal elenca um rol de órgãos que compõem o Poder Judiciário, caracterizando a divisão da jurisdição, além do já contemplado contencioso administrativo.
- (D) O texto constitucional permite a delegação da jurisdição aos órgãos administrativos, em especial a jurisdição trabalhista e a previdenciária.
- (E) A característica de imutabilidade da jurisdição é confirmada pelo efeito da coisa julgada formal.

QUESTÃO 58

O Ministério Público é uma instituição que exerce função essencial à justiça, podendo atuar, no processo civil, como parte e como órgão interveniente. A multiplicidade de funções exercidas pelo *Parquet* lhe confere a possibilidade de atuar em diversas situações, a fim de zelar pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Com relação à atuação do Ministério Público, assinale a alternativa correta.

- (A) Os membros do Ministério Público têm legitimidade para recorrer no processo, no qual o Ministério Público tenha atuado como órgão interveniente, desde que a parte tenha interposto recurso.
- (B) A jurisprudência entende que a presença de pessoa jurídica de direito público na relação processual é requisito suficiente para a intervenção obrigatória do Ministério Público.
- (C) A oposição de exceção e a arguição de incompetência somente poderão ser feitas pelo Ministério Público quando ele atua como parte.
- (D) Na ação que visa à responsabilização de administradores de sociedade de economia mista por gerenciamento lesivo, a atuação do *Parquet* está condicionada à determinação judicial.
- (E) A instituição, ao atuar como fiscal da lei, está impedida de velar pelos interesses das pessoas jurídicas de direito público e tampouco de suprir as omissões dos procuradores de tais entidades.

QUESTÃO 59

Tereza propôs, em face de José, uma ação de guarda definitiva cumulada com pedido de regulamentação de visita perante a Comarca de Santos, em 16 de setembro de 2010, distribuída para a 2.^a Vara de Família. No entanto, já estava em trâmite, desde 10 de setembro de 2010, perante a 1.^a Vara de Família da mesma comarca, a ação de reconhecimento e dissolução de união estável, a qual possui como um de seus objetos o pedido de guarda da filha menor do casal. Na contestação, José informou o fato ao juízo da 2.^a Vara de Família. De acordo com essa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) A prevenção deverá ser do juiz da 2.^a Vara de Família, tendo em vista que, nos termos da legislação processual, foi o que primeiro realizou a citação válida.
- (B) A competência em questão é em razão da matéria e inderrogável, consoante dispõe o Código de Processo Civil, devendo as ações permanecerem nos respectivos juízos.
- (C) O conflito de competência em questão deverá ser analisado pelo Superior Tribunal de Justiça, tendo em vista ser este o órgão hierarquicamente superior e por ter a competência funcional para tanto.
- (D) Trata-se de ação com foro especial, porquanto a legislação determina que é competente o foro da residência da mulher para a propositura da ação mencionada.
- (E) Trata-se de prorrogação por continência, tendo em vista que o objeto de uma é mais amplo do que o da outra, devendo as ações serem reunidas perante o juiz da 1.^a Vara de Família.

QUESTÃO 60

Laura promoveu ação de execução em face de Lúcia, fundada em título executivo extrajudicial, cobrando a quantia de R\$ 3.000,00, decorrente de um cheque, vencido e não quitado, posto que foi devolvido sem fundos. Citada, a devedora optou por não pagar, porém garantiu o juízo e ofereceu embargos. Alegou em sua defesa que a execução se sustenta em título que foi substituído por uma nota promissória que sequer venceu, sendo nula a execução. Em face dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) Lúcia agiu de forma correta ao garantir o juízo para depois oferecer os embargos e, assim, apresentar a sua defesa, por ser essa a determinação legal.
- (B) Diante da comprovação da substituição de uma obrigação ou novação objetiva, esta extingue o título executivo original e faz surgir um novo título executivo, sendo nula a execução por falta de requisito legal de exigibilidade.
- (C) No caso do falecimento de Laura, a execução poderá prosseguir pelo herdeiro cessionário que recebeu o título transferido.
- (D) Para arguir a nulidade de um título executivo, é necessário que o devedor ofereça os embargos, que é o instrumento hábil para questionar essa forma de nulidade.
- (E) Os embargos do executado serão impreterivelmente recebidos no efeito suspensivo.

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO TEXTO

Para a elaboração do **texto**, atente para as seguintes orientações:

- O texto tem o objetivo de avaliar os conhecimentos específicos e, ainda, a capacidade de expressão na modalidade escrita e o uso das normas do registro formal culto da língua portuguesa. O candidato deverá produzir, a partir do tema proposto, um texto, com extensão máxima de 30 (trinta) linhas, primando pela clareza, precisão, consistência, concisão e aderência às normas do registro formal.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada com material transparente.
- A **folha de texto definitivo** não poderá ser assinada, rubricada nem conter qualquer palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação do texto. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo acarretará a anulação do texto.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

TEMA

André exerce a função de motorista do Governo do Distrito Federal há vinte anos, tendo sido elogiado por todos aqueles a quem foi subordinado. Ocorre que, há algum tempo, dirigindo, em serviço, no horário noturno, atropelou Maria e, com receio de ser advertido no trabalho, fugiu. Após sua recuperação, Maria propôs uma ação de indenização por danos materiais e morais em face do Governo do Distrito Federal.

Com base nessa situação hipotética, redija um **texto dissertativo** que aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- (a) a teoria subjetiva e a objetiva da responsabilidade civil e a aplicação na situação hipotética;
- (b) as causas de exclusão total ou parcial de responsabilidade e ônus da prova na ação de indenização;
- (c) a ação regressiva e a possibilidade de o Governo do Distrito Federal utilizar-se das formas de intervenção de terceiro para incluir no polo passivo da ação o agente público; e
- (d) os requisitos necessários, de acordo com o fato ocorrido, para configurar demissão por justa causa, na hipótese de André ser empregado de empresa terceirizada, e não servidor público.

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	

RASCUNHO